



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Cinform - 03 a 09/08/2015

## Mais de 258 instituições de Saúde já foram fiscalizadas pelo Coren

**Nessas investidas, muita coisa aconteceu. Na noite da segunda, 27, a visita fiscalizatória do Hospital Santa Isabel foi suspensa**

■ Ao todo, foram 258 instituições de Saúde, entre clínicas e hospitais, públicas e particulares, fiscalizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe - Coren - desde o início do primeiro semestre de 2015 até agora. De acordo com o conselho, no início do ano, priorizou-se as instituições da rede pública. E para o segundo semestre, o foco é dar ênfase às particulares.

Nessas investidas, muita coisa aconteceu. Até barrada, a presidente do Conselho, a enfermeira doutora Maria Cláudia Tavares Mattos, foi. Isso ocorreu na noite da segunda, 27 de julho, quando a fiscalização começou a ser feita dentro das dependências do Hospital Santa Isabel. Durante a visita fiscalizatória, o procurador do Santa Izabel chegou e pediu aos conselheiros que se retirassem, forçando, assim, a suspensão da vistoria.

Na última terça-feira, 28, por meio de um vasto relatório produzido e explanado pela diretoria do Coren, apenas no Município de Aracaju, 43 Unidades Básicas de

Saúde foram inspecionadas. E isso possibilitou a contratação de mais de 70 profissionais na área de Enfermagem.

### EM TODO O ESTADO

Feira Nova, Santa Rosa, Aquidabã, Simão Dias e Laranjeiras são exemplos de algumas das 14 cidades vistoriadas pelo Conselho nessa fiscalização nos últimos seis meses. "Cada fiscalização demanda um acompanhamento. Não é algo assim tão fácil", explicita a presidente do Conselho.

---

Isso ocorreu na noite da segunda, 27 de julho, quando a fiscalização começou a ser feita dentro das dependências do Hospital Santa Isabel

---

"É importante saber que essa ação fiscalizatória do Coren será acompanhada de perto pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, MP/SE, e, no que tange às instituições privadas, estarei cobrando, para que os consumidores não sejam lesados", afirma a promotora Euza Missano, da Procuradoria de Direitos do Consumidor do MP/SE. ■